



IFPI

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

ADMINISTRAÇÃO - PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO (EBTT)

- ▶ Legislação
- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

**EDITAL 22/GAB/REI/IFPI, DE
10 DE FEVEREIRO DE 2026**



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



IFPI

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO PIAUÍ**

**Administração- Professor
do Ensino Básico, Técnico e
Tecnológico (EBTT)**

**EDITAL 22/GAB/REI/IFPI, DE 10 DE
FEVEREIRO DE 2026**

CÓD: SL-043FV-26
7908433291251

Legislação

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Título VIII, Capítulo III, seção I - Da Educação e suas alterações	7
2. Lei nº 8.112, de 11/12/90: Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais.....	10
3. Lei nº 11.892, de 29/12/2008: Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências	36
4. Lei nº 9.394, de 20/12/1996 e suas alterações: Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	40
5. RESOLUÇÃO NORMATIVA CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI Nº 253, 22 de dezembro de 2025 - Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI.....	60
6. Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica	60

Língua Portuguesa

1. Textualidade: leitura e interpretação de textos verbais e não verbais	73
2. Recursos estilísticos (figuras de linguagem).....	74
3. Coesão e coerência	77
4. Norma padrão e variantes linguísticas	78
5. Ortografia oficial vigente da língua portuguesa: uso dos acentos gráficos.....	79
6. Uso do sinal indicativo de crase	83
7. Morfologia: classes gramaticais e processos de flexão e formação das palavras	83
8. Sintaxe: regência verbal e nominal	99
9. Concordância verbal e nominal	102
10. Colocação pronominal	104
11. Uso dos sinais de pontuação	105
12. Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia; polissemia, ambiguidade e efeitos de sentido (denotação e conotação)	107

Conhecimentos Específicos

Administração - Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT)

1. Teoria Geral da Administração (abordagens clássica, humanística, neoclássica, estruturalista, comportamental, sistêmica, contingencial, novas abordagens da administração)	121
2. Gestão de Marketing (conceito; segmentação de mercado; composto de marketing; pesquisa de marketing)	124
3. Gestão Socioambiental (desenvolvimento sustentável e sustentabilidade; responsabilidade social empresarial; gestão ambiental; ESG - Environmental, Social, and Governance; e Economia Circular)	128
4. Gestão da Produção e Operações (Conceito, histórico e evolução da disciplina; tipos e filosofias de Produção).....	131
5. Gestão Estratégica (Administração estratégica; Escolas do Pensamento Estratégico; Análise SWOT; Ferramentas estratégicas; Planejamento Estratégico; Matriz BCG; Forças de Porter).....	134
6. Empreendedorismo e Inovação (Plano de Negócios; inovação do produto, de serviço e tecnológica).....	139
7. Gestão de Pessoas (As funções da Gestão de Pessoas; Histórico e atualizações contemporâneas da função)	145

ÍNDICE

8. Administração Financeira (Objetivos da administração financeira; orçamentos; análise das demonstrações financeiras; risco e retorno; estrutura de capital; custo de capital; análise de investimentos)	147
9. Logística Empresarial (conceitos, histórico e evolução da disciplina; atividades e serviços logísticos)	150
10. Gestão de Materiais (Funções e objetivos da gestão de materiais; Gestão de materiais na cadeia de suprimentos; Administração de materiais; Controle de materiais)	153

LEGISLAÇÃO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988; TÍTULO VIII, CAPÍTULO III, SEÇÃO I - DA EDUCAÇÃO E SUAS ALTERAÇÕES

Educação:

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Organização dos Sistemas de Ensino:

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino superior e técnico
Estados e DF	Ensino fundamental e médio
Municípios	Educação infantil e ensino fundamental

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGGdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático - científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§2º O disposto neste artigo aplica - se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré - escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§2º O não - oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer - lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§7º O padrão mínimo de qualidade de que trata o §1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuados em regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§2º Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário - educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)(Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário - educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no caput deste artigo e no inciso II do caput do art. 212 - A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212 - A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§9º A lei disporá sobre normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212 - A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) Regulamento

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTUALIDADE: LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS VERBAIS E NÃO VERBAIS

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba

identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.
- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.

- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitam sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

► Importância da Compreensão dos Tipos de Linguagem

Entender os tipos de linguagem é crucial para uma interpretação de textos eficaz, pois permite que o leitor reconheça como as mensagens são construídas e transmitidas. Em textos que utilizam apenas a linguagem verbal, a atenção deve estar voltada para o que está sendo dito e como as ideias são organizadas. Já em textos que empregam a linguagem não-verbal ou mista, o leitor deve ser capaz de identificar e interpretar símbolos, imagens e outros elementos visuais, integrando-os ao conteúdo verbal para chegar a uma interpretação completa.

Desenvolver a habilidade de identificar e interpretar os diferentes tipos de linguagem contribui para uma leitura mais crítica e aprofundada, algo essencial em provas que avaliam a competência em Língua Portuguesa. Essa habilidade é um diferencial importante para a compreensão do que está explicitamente escrito e para a interpretação das nuances que a linguagem não-verbal ou mista pode adicionar ao texto.

RECURSOS ESTILÍSTICOS(FIGURAS DE LINGUAGEM)

As figuras de linguagem ou de estilo são empregadas para valorizar o texto, tornando a linguagem mais expressiva. É um recurso linguístico para expressar de formas diferentes experiências comuns, conferindo originalidade, emotividade ao discurso, ou tornando-o poético.

As figuras de linguagem classificam-se em:

- Figuras de palavra;
- Figuras de pensamento;
- Figuras de construção ou sintaxe.

► Figuras de palavra

Emprego de um termo com sentido diferente daquele convencionalmente empregado, a fim de se conseguir um efeito mais expressivo na comunicação.

- **Metáfora:** comparação abreviada, que dispensa o uso dos conectivos comparativos; é uma comparação subjetiva. Normalmente vem com o verbo de ligação claro ou subentendido na frase.

Exemplos:

...a vida é cigana
É caravana
É pedra de gelo ao sol.

(Geraldo Azevedo/ Alceu Valença)

Encarnado e azul são as cores do meu desejo.

(Carlos Drummond de Andrade)

- **Comparação:** aproxima dois elementos que se identificam, ligados por conectivos comparativos explícitos: como, tal qual, tal como, que, que nem. Também alguns verbos estabelecem a comparação: parecer, assemelhar-se e outros.

Ex.: *Estava mais angustiado que um goleiro na hora do gol, quando você entrou em mim como um sol no quintal.*

(Belchior)

- **Catacrese:** emprego de um termo em lugar de outro para o qual não existe uma designação apropriada.

Exemplos:

folha de papel
braço de poltrona
céu da boca
pé da montanha

- **Sinestesia:** fusão harmônica de, no mínimo, dois dos cinco sentidos físicos.

Ex.: *Vem da sala de linotipos a doce (gustativa) música (auditiva) mecânica.*

(Carlos Drummond de Andrade)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO (ABORDAGENS CLÁSSICA, HUMANÍSTICA, NEOCLÁSSICA, ESTRUTURALISTA, COMPORTAMENTAL, SISTÊMICA, CONTINGENCIAL, NOVAS ABORDAGENS DA ADMINISTRAÇÃO)

AS BASES DA ADMINISTRAÇÃO: DAS ABORDAGENS CLÁSSICA À HUMANÍSTICA

A Teoria Geral da Administração nasceu da necessidade de entender, organizar e otimizar o trabalho dentro das organizações. No início do século XX, com o crescimento das indústrias e a intensificação do trabalho assalariado, surgiram as primeiras tentativas sistemáticas de estudar a administração como ciência. Neste contexto, destacam-se duas abordagens fundamentais: a clássica e a humanística.

Ambas representam os alicerces da teoria administrativa, embora com visões bem distintas sobre o trabalho, o papel do gestor e a natureza do ser humano nas organizações.

► Abordagem Clássica: Eficiência e Racionalidade Organizacional

A abordagem clássica da administração surgiu na Europa e nos Estados Unidos no início do século XX, sendo marcada por uma visão racional e mecanicista da organização. O objetivo central era aumentar a eficiência por meio da padronização do trabalho, da hierarquia bem definida e da autoridade formal. Dois nomes se destacam nesse período: Frederick W. Taylor, com a Administração Científica, e Henri Fayol, com a Teoria Clássica da Administração.

Frederick W. Taylor e a Administração Científica:

Taylor focava no nível operacional da organização, propondo métodos para elevar a produtividade a partir da racionalização do trabalho operário. Suas principais contribuições foram:

- Estudo de tempos e movimentos para definir o “melhor modo” de executar tarefas.
- Separação entre o planejamento (gestão) e a execução (operários).
- Treinamento sistemático dos trabalhadores.
- Remuneração por desempenho como forma de motivação.

A visão de Taylor era de que o trabalhador funcionava como uma extensão das máquinas, e que seu desempenho poderia ser otimizado com supervisão e métodos científicos.

Henri Fayol e a Teoria Clássica da Administração:

Enquanto Taylor focava na fábrica, Fayol olhava para o topo da organização. Ele estruturou as funções administrativas em cinco atividades básicas: prever, organizar, comandar, coordenar e controlar. Além disso, formulou 14 princípios da administração, como unidade de comando, divisão do trabalho e disciplina, que buscavam garantir ordem e eficiência nas organizações.

Críticas à abordagem clássica:

Apesar de suas contribuições pioneiras, a abordagem clássica foi criticada por tratar o trabalhador de forma mecanicista, ignorando seus aspectos sociais, emocionais e psicológicos. A ênfase excessiva na eficiência e na hierarquia rígida também era vista como limitadora da criatividade e da iniciativa individual.

Abordagem Humanística: o ser humano como centro do processo organizacional:

A partir da década de 1930, sobretudo após os Estudos de Hawthorne, conduzidos por Elton Mayo, começa a ganhar força uma nova visão: a abordagem humanística da administração. Essa perspectiva rompe com o paradigma mecanicista, colocando o ser humano no centro das preocupações organizacionais.

Os Estudos de Hawthorne:

Realizados na fábrica da Western Electric, em Chicago, os estudos buscavam inicialmente avaliar como variáveis físicas, como a iluminação, afetavam a produtividade. No entanto, os resultados mostraram que os fatores sociais e psicológicos – como o sentimento de pertencimento, reconhecimento e a atenção recebida pelos pesquisadores – influenciavam mais do que os aspectos físicos do ambiente.

Esses resultados impulsionaram o nascimento da Teoria das Relações Humanas, que defendia:

- A valorização da comunicação informal.
- A importância da motivação e da satisfação no trabalho.
- O papel dos grupos informais dentro das organizações.
- A necessidade de uma liderança mais participativa e empática.

Contribuições da abordagem humanística:

Essa abordagem trouxe à tona conceitos fundamentais para a gestão de pessoas, como clima organizacional, cultura, liderança e motivação. Além disso, promoveu uma visão mais integrada

e humana do trabalhador, não como uma peça de engrenagem, mas como alguém com sentimentos, necessidades e potencial criativo.

Limites da abordagem humanística:

Apesar de seu avanço em relação à abordagem clássica, a teoria humanística também foi criticada por ter uma visão idealizada das relações sociais no trabalho. Em muitos casos, ignorava os aspectos estruturais de poder, conflitos de interesse e as desigualdades organizacionais.

EXPANSÃO E COMPLEXIDADE: DAS ABORDAGENS NEOCLÁSSICA À CONTINGENCIAL

A evolução da Teoria Geral da Administração ao longo do século XX refletiu as transformações profundas no ambiente organizacional e na própria sociedade. Após as contribuições iniciais das abordagens clássica e humanística, novas teorias surgiram com o objetivo de ampliar, revisar ou combinar os modelos anteriores. Entre elas, destacam-se a abordagem neoclássica, a teoria estruturalista, a teoria comportamental, a teoria sistêmica e a abordagem contingencial.

Cada uma dessas correntes reflete o aumento da complexidade organizacional e a necessidade de uma visão mais flexível, dinâmica e integrada da administração.

► Abordagem Neoclássica: retorno aos princípios com foco nos resultados

A abordagem neoclássica surgiu a partir da década de 1950 como uma atualização prática dos conceitos da teoria clássica. Os neoclássicos não rejeitam os princípios propostos por autores como Fayol e Taylor, mas os reinterpretam à luz das mudanças sociais e tecnológicas.

Características principais da abordagem neoclássica:

- Ênfase nos objetivos organizacionais, especialmente a eficiência e a eficácia.
- Valorização da administração por resultados (APO), proposta por Peter Drucker, onde o desempenho é medido com base em metas claras e mensuráveis.
- Reforço da estrutura organizacional formal, com base em funções, responsabilidades e autoridade bem definidas.
- Ênfase na flexibilidade administrativa, adaptando princípios gerais às situações específicas.

A principal contribuição da abordagem neoclássica foi trazer a administração de volta ao campo prático, oferecendo ferramentas objetivas de gestão e planejamento, ainda que com algumas limitações conceituais, como a pouca atenção aos aspectos informais das organizações.

► Teoria Estruturalista: integração entre organização formal e informal

A teoria estruturalista surgiu como tentativa de integrar os diferentes aspectos das abordagens anteriores, reconhecendo que tanto a estrutura formal quanto as relações humanas têm

importância na dinâmica organizacional. Inspirada na sociologia, especialmente nas ideias de Max Weber, essa teoria foca na organização como um sistema social complexo.

Pontos centrais da teoria estruturalista:

- Compreensão da organização como um conjunto de sistemas interdependentes.
- Valorização da burocracia como forma de organização racional, com regras, procedimentos e hierarquia bem definidos.
- Reconhecimento da existência de conflitos organizacionais, decorrentes dos diferentes interesses entre grupos.
- Análise das relações de poder, autoridade e responsabilidade nos diferentes níveis da organização.

O estruturalismo foi importante para ampliar a visão da organização como um todo complexo, com múltiplas dimensões, embora tenha sido criticado pelo excesso de foco na estrutura e pelo risco de engessamento burocrático.

► Teoria Comportamental: foco na motivação e no comportamento humano

A teoria comportamental, também conhecida como abordagem comportamentalista ou behaviorista, desenvolveu-se como uma evolução da abordagem humanística, buscando maior embasamento nas ciências do comportamento, como a psicologia organizacional.

Principais elementos da teoria comportamental:

- Estudo da motivação no trabalho, com destaque para as teorias de Maslow (hierarquia das necessidades) e Herzberg (teoria dos dois fatores).
- Preocupação com a tomada de decisão, analisando como os indivíduos e grupos decidem dentro das organizações.
- Ênfase em liderança, comunicação e dinâmica de grupos.
- Introdução da ideia de que os gestores devem atuar como facilitadores, preocupando-se com o desenvolvimento das pessoas.

Essa teoria trouxe importantes avanços no entendimento do comportamento humano dentro das organizações, especialmente ao tratar a motivação como fator-chave para o desempenho organizacional. No entanto, foi criticada por, em alguns casos, supervalorizar os aspectos psicológicos em detrimento dos estruturais.

► Teoria Sistêmica: a organização como sistema aberto

Na década de 1960, ganhou força a Teoria Geral dos Sistemas, que influenciou fortemente a administração ao propor que as organizações fossem compreendidas como sistemas abertos, interagindo continuamente com o ambiente externo.

Conceitos fundamentais da teoria sistêmica:

- A organização é composta por subsistemas interdependentes (produção, finanças, recursos humanos, etc.).



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!